UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SERGIPE

Informe de Política Exterior Brasileira
Nº 682
07/11/2021 a 13/11/2021[1]

unesp

O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Coordenação: Profa. Dra. Bárbara Motta, Prof. Dr. Eduardo Mei, Profa. Dra. Érica Cristina Winand, Prof. Me. Jorge Oliveira Rodrigues, Profa. Dra. Lívia Peres Milani.

Equipe de revisão: Profa. Dra. Lívia Peres Milani, Prof. Guilherme Paul Berdu,Adler Silva, Ailton Salvadori, Arthur de Freitas, Enio Sacramento, Gabriela Guillardi, Heitor Torres Vieira, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Mariah Luiza dos Anjos, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa.

Equipe de redação: Adler Silva, Ailton Salvadori, Arthur de Freitas, Enio Sacramento, Gabriela Guillardi, Heitor Torres Vieira, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Mariah Luiza dos Anjos, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa.

[1]Nos dias 7 e 9 de novembro não houve notícias de política exterior brasileira.

Bolsonaro negou agressões a jornalistas em visita à Itália

No dia 8 de novembro, por meio de entrevista, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) negou que tenha havido agressões à imprensa brasileira na cobertura do encontro do G-20 na Itália, onde estava o presidente. Bolsonaro reiterou a inexistência de agressão e criticou a posição da imprensa por tentar responsabilizá-lo (Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 08/11/2021).

Pacheco afirmou que o Brasil precisa reconhecer seus erros

No dia 9 de novembro, na Escócia, durante evento no pavilhão do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP-26), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), destacou a necessidade de que o Brasil reconheça seus erros e os problemas do desmatamento ilegal nas florestas. Além disso, durante uma entrevista, Pacheco e a senadora e presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Kátia Abreu, criticaram os primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) no que diz respeito à política ambiental e à diplomacia. Para ambos, houve deterioração da imagem brasileira no exterior, porém Abreu ressaltou que a postura dos atuais ministros são mais moderadas e tranquilas. Ainda, Pacheco disse que a atitude do ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, é de combate ao desmatamento ilegal e Abreu falou que a posição anterior do governo prejudicou o acordo Mercosul-União Europeia. Por fim, em uma apresentação anterior, Leite reforçou a importância dos incentivos financeiros para a conservação ambiental (Folha de S. Paulo – Impresso – Ambiente – 10/11/2021).

Leite afirmou que é preciso mais investimentos para proteção do meio ambiente

Na Escócia, durante a abertura do Dia da Indústria, organizado no Pavilhão Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-26), o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, disse que a oferta de US$ 100 bilhões dos países ricos aos países em desenvolvimento para ações de menor impacto nas mudanças climáticas é insuficiente. Leite afirmou que a transição global com objetivo de alcançar a neutralidade nas emissões de carbono deve ocorrer com responsabilidade e falou que, de acordo com um estudo de um banco, será preciso US$ 5 trilhões por ano, tanto público como privado, para que isso ocorra. Também ressaltou a importância de políticas públicas por parte do governo e do Congresso para alcançar a neutralidade de carbono até 2050. O ministro disse que o Brasil fez negociações importantes durante a COP-26 e destacou que a solução para uma economia verde é o incentivo, além do mercado de carbono. Por fim, ressaltou que apesar da solução ser econômica, a emergência é financeira (O Estado de S. Paulo – Impresso – Metrópole – 10/11/2021).

Brasil recebeu segundo antiprêmio na COP-26

Durante um discurso na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP-26), na Escócia, o ministro do Meio Ambiente do Brasil, Joaquim Leite, mentiu sobre as metas de redução de gases poluentes apresentadas em Glasgow, o que fez com que o país recebesse o segundo antiprêmio concedido pela Climate Action Network. O ministro afirmou que o Brasil anunciou metas climáticas mais ambiciosas, o que não condiz com a piora das mesmas em 2020 pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro (sem partido) se comparadas às de 2015. Além disso, o ministro do Meio Ambiente brasileiro argumentou que onde há florestas há pobreza, tendo em vista a defesa do desenvolvimento sustentável na Amazônia, o que gerou muitas críticas. Foram essas e outras afirmações que fizeram com que o Brasil recebesse mais um antiprêmio Fóssil do Dia, o qual já havia sido recebido por Bolsonaro ao criticar uma ativista indígena que discursou em Glasgow (Folha de S. Paulo – On-line – Ambiente – 11/11/2021).

Brasil não citou nova meta climática em carta à UNFCCC

O Brasil submeteu uma carta-adendo em que oficializa a meta de neutralidade climática até 2050 à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), todavia, o documento não incluiu a promessa feita pelo governo na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP-26) de cortar 50% das emissões de gases-estufa até 2030. Ambas as metas foram assumidas perante o mundo pelo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, cuja transmissão foi exibida no evento em Glasgow (Escócia). Apesar do anúncio do corte de metade das emissões ainda nessa década ter sido recebido com entusiasmo por autoridades internacionais, para ser computado juntamente às Nações Unidas, o comunicado precisa ser formalizado. O Ministério das Relações Exteriores, ao ser questionado, alegou que o objetivo de 50% de redução das emissões já havia sido estabelecido antes do início da COP-26, mas não esclareceu a respeito da ausência da meta na carta à ONU (Folha de S. Paulo – Impresso – Ambiente – 11/11/2021).

Brasil mostrou-se otimista com aprovação de mercado de carbono na COP-26

Na Escócia, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP-26), o Brasil flexibilizou suas posições na atual conferência do clima, e mostrou-se confiante em relação à conclusão da regulamentação do artigo 6 do Acordo de Paris, o qual cria regras para a comercialização de créditos de emissão de gases-estufa entre os países e também entre projetos do setor privado. Essa proposta que recebeu a atenção da delegação brasileira foi feita pelo Japão, e trata do comércio de emissões entre projetos independentes dos governos nacionais. Dessa forma, a solução japonesa é aumentar o rigor do comércio entre os projetos negociados pelo setor privado global, em uma transação que passaria pela convenção do clima da ONU e também pelo crivo dos países envolvidos. Tendo em vista o apoio brasileiro à

proposta da delegação do Japão, a União Europeia teceu elogios ao Brasil pela postura construtiva nas negociações do mercado de carbono (Folha de S. Paulo – On-line – Ambiente – 11/11/2021, O Estado de S. Paulo – On-line – Sustentabilidade – 11/11/2021).

Indicado por Bolsonaro foi eleito para a Corte Interamericana de Direitos Humanos

No dia 12 de novembro, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, o advogado brasileiro, Rodrigo Mudrovitsch, foi eleito para ocupar uma vaga entre os juízes da corte. Mudrovitsch foi indicado pelo governo Bolsonaro e sua candidatura foi interpretada com ceticismo por alguns juristas, analistas e diplomatas que viam a eleição do brasileiro como uma forma de proteger Bolsonaro de possíveis acusações sobre o combate à pandemia que pudessem ser levadas ao órgão (Folha de S. Paulo - Mundo - 12/11/2021).

Bolsonaro embarcou em viagem a Emirados Árabes, Bahrein e Qatar

No dia 12 de novembro, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro e o Ministro da Economia, Paulo Guedes, embarcaram em uma viagem que terá como destino Emirados Árabes, Bahrein e Qatar, a passagem por esses países tem o objetivo de atrair investimentos privados ao Brasil e também de iniciar um diálogo pós-pandemia (Folha de S. Paulo - Mundo - 12/11/2021).

Embaixador deixará Guiné-Bissau após denúncias

No dia 08 de novembro, o embaixador brasileiro na Guiné-Bissau, Fábio Franco, reconheceu ter condutas inadequadas no seu posto, após denúncias de que a sua esposa interferia na rotina da embaixada, assediava moralmente os funcionários e proferia ofensas racistas contra os guineenses que trabalham para a missão diplomática brasileira. Diante das denúncias, a Corregedoria do Itamaraty iniciou uma investigação que resultou na assinatura do embaixador ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que consiste em um processo administrativo aplicado a irregularidade de menor potencial ofensivo [sic], devido a essa assinatura, além de reconhecer a conduta inadequada, o embaixador deve voltar ao Brasil antes do previsto e o caso será encerrado (Folha de S. Paulo - Mundo - 12/11/2021).

Bolsonaro condecorou líderes do Oriente Médio

No dia 12 de novembro, por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União (DOU), o presidente Jair Bolsonaro, antes de viagem ao Emirados Árabes, Bahrein e

Qatar, condecorou com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul o rei de Bahrein, Hamad Bin Isa Alkhalifa; o Emir de Dubai, Mohammed bin Rashid Al Maktoum; o príncipe herdeiro de Abu Dhabi, Mohammed bin Zayed Al Nahyan; e o presidente dos Emirados Árabes Unidos, Khalifa bin Zayed al Nahyan. De acordo com o Ministério das Relações Externas (MRE), essa honraria é atribuída à estrangeiros que se tornaram dignos de reconhecimento brasileiro (Estadão - Política - 12/11/2021).

Bolsonaro realizou périplo pelo Oriente Médio

No dia 13 de novembro, nos Emirados Árabes Unidos, o presidente Jair Bolsonaro desembarcou utilizando máscara de proteção contra o coronavírus, para uma viagem de 6 dias pelo Oriente Médio. Sete ministros fazem parte da comitiva, além de Flávio e Eduardo Bolsonaro (PSC-SP e Patriota-RJ). Bolsonaro foi recebido pelo primeiro-ministro e vice-presidente dos Emirados Árabes, Mohammed bin Rashid Al Maktoum, com quem se reuniu por cerca de 20 minutos. Bolsonaro participará da Expo 2020 Dubai, depois, seguirá viagem para o Bahrein, onde inaugura a embaixada do Brasil e se encontrará com o rei Hamad ben Issa Al-Khalifa. Em seguida, visitará Doha,no Catar, para encontrar o emir Tamim ben Hamad al Thani (O Estado de S. Paulo – On-line - Política – 13/11/2021; Folha de S. Paulo – On-line - Mundo – 13/11/2021).

Embaixador brasileiro criticou reportagem do NYT

No dia 13 de novembro, a embaixada brasileira nos Estados Unidos (EUA) divulgou em suas mídias sociais uma carta enviada ao jornal *The New York Times* que critica reportagem sobre a conexão Bolsonaro-Trump e ameaças às eleições brasileiras. A carta foi assinada pelo Embaixador Nestor Forster Jr. e aponta que o objetivo da matéria é desacreditar as instituições brasileiras, julgadas vulneráveis, de forma partidária e preconceituosa. A reportagem considerou os ataques de Donald Trump ao sistema eleitoral dos EUA uma possível inspiração para Bolsonaro e para a direita brasileira. A matéria ainda relembrou as reuniões entre os dois políticos, os encontros com o assessor de Trump, Steve Bannon; a visita do assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan, e também encontros de parlamentares como Mark Green e familiares de Bolsonaro (Folha de S. Paulo – On-line - Mundo – 13/11/2021).